

AS ÁGUAS
VÃO ROLAR:
A POLÊMICA
IMPLANTAÇÃO
DOS SISTEMAS DE
ABASTECIMENTO
DE ÁGUA EM SÃO
PAULO

Diógenes Sousa

Colaboração
Renata Geraissati
Castro de Almeida

Arte: Eduardo Grigaitis



Diretora: Adriana Rizkallah



*Reservatório da Cantareira.
Guilherme Gaensly, 1910*

Cantareira

35 Guilherme Gaensly

A questão da disponibilidade de água potável e a complexidade do tratamento de esgotos na capital paulista é tema recorrente no cotidiano da metrópole. Tanto que já nos ocupamos da questão no editorial “A água como mercadoria: cenas de uma longa disputa”, de junho de 2021.

O editorial abordava como a cidade que crescia via nos rios que a entrecortam uma questão a ser solucionada, como a expansão da população exigia novas tecnologias capazes de levar água às novas habitações, e como os negócios da Casa da Boia foram alavancados com o desenvolvimento do saneamento urbano.

Mas a transição de um modelo em que a população da capital obtinha a água gratuitamente nos rios e fontes públicas para outro em que sua distribuição implicava no comércio de algo que era antes considerado bem público, provocou profundos debates na sociedade da época.

A cidade que pretendia se fazer moderna, se arraigava, ainda, em um modelo de distribuição de água colonial e assistida, com indignação, a concessão do que se entendia como “público” a uma empresa privada.



PLANTA DA IMPERIAL

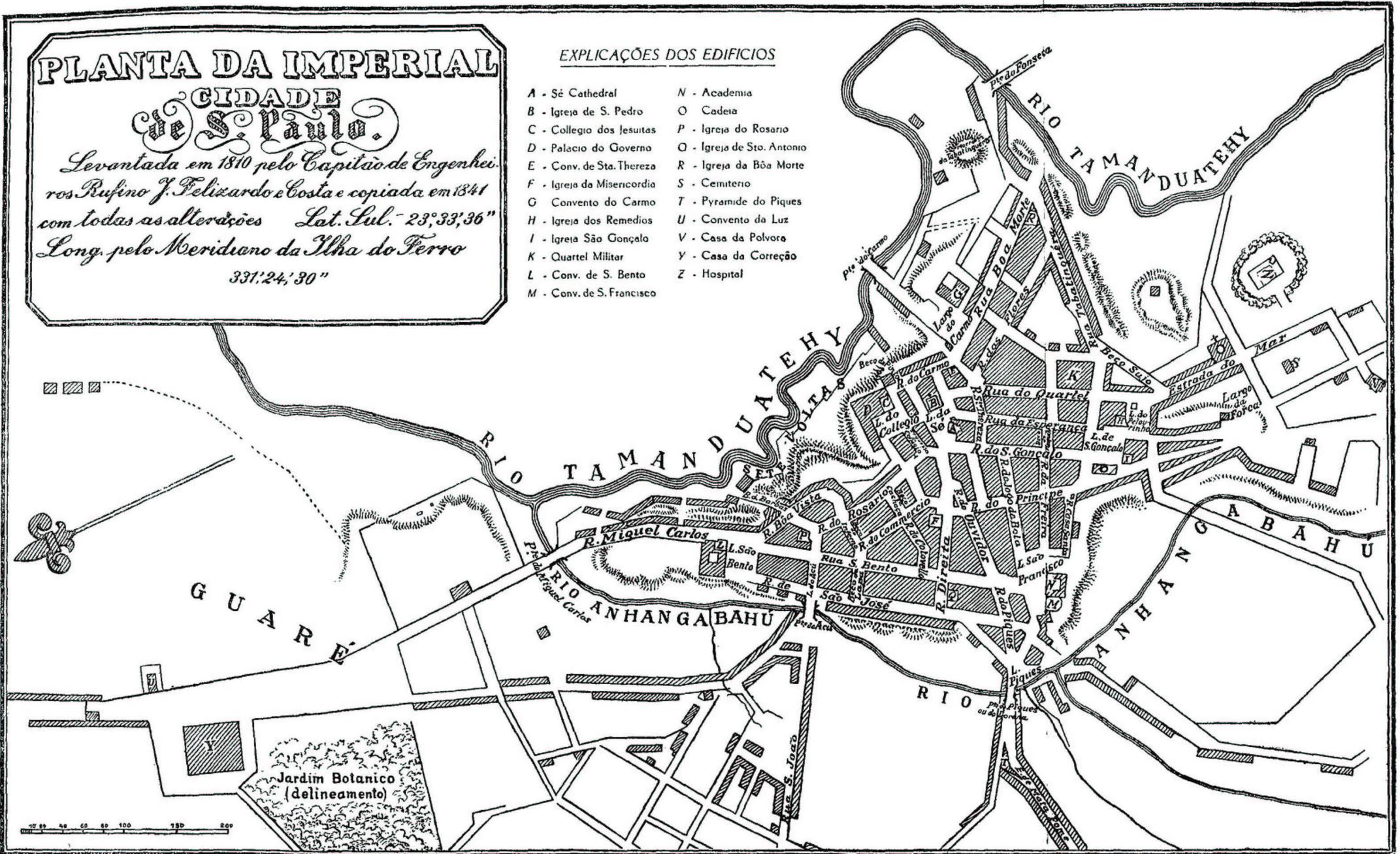
CIDADE de S. Paulo.

Levantada em 1810 pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações Lat. Sul. - 23° 33', 36" Long. pelo Meridiano da Ilha do Ferro

331° 24', 30"

EXPLICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| A - Sé Cathedral | N - Academia |
| B - Igreja de S. Pedro | O - Cadeia |
| C - Collegio dos Jesuitas | P - Igreja do Rosario |
| D - Palacio do Governo | Q - Igreja de Sto. Antonio |
| E - Conv. de Sta. Thereza | R - Igreja da Boa Morte |
| F - Igreja da Misericordia | S - Cemiterio |
| G - Convento do Carmo | T - Pyramide do Piques |
| H - Igreja dos Remedios | U - Convento da Luz |
| I - Igreja São Gonçalo | V - Casa da Polvore |
| K - Quartel Militar | Y - Casa da Correção |
| L - Conv. de S. Bento | Z - Hospital |
| M - Conv. de S. Francisco | |



Primeira Planta da Imperial Cidade de S. Paulo, pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa (1810) e copiada em 1841. (Legenda e Inscrição das ruas pelo Autor). (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo — Vol. XVI — 1911).

Ainda que a região fosse banhada pelos rios Tamandateí e Anhangabaú, na sua área urbana, a falta de água potável era um entrave para o poder público.

Já em 1856, o então presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, incumbiu os engenheiros ingleses William Elliot e John Cameron, da canalização das águas para os chafarizes da cidade e da aquisição dos tubos de ferro fundido no Rio de Janeiro para a realização da obra. (MARTINS, 2003, p.22).

Os tanques de Santa Teresa e Municipal, que abasteciam a cidade, tinham suas vertentes situadas no Morro do Caaguaçu, atual região da Avenida Paulista e que também abriga as nascentes do ribeirão Anhangabaú. No entanto, tais tanques sofriam com a falta de fiscalização, a presença de banhistas e pessoas que iam lavar as roupas em suas águas, o que resultava em que frequentemente fossem fechados para limpeza.

Em 1858, o presidente da Província, José Joaquim Fernandes Torres, queixando-se da má qualidade dos aparelhos de distribuição de água e dos desperdícios ocorridos nesta operação, lamentava não ser possível o abastecimento por meio dos mananciais da Serra da Cantareira, assim, aprovou um decreto permitindo a assinatura de contrato por parte do governo com quem oferecesse “mais” e “melhores vantagens” a fim de elevar a capacidade de abastecimento de água (SÃO PAULO, 1858, pp.35-36).

Cinco anos depois, o governo provincial comissionou o inglês James Brunlees, para elaborar um plano geral de abastecimento. Com o auxílio de seus colegas Hooper e Daniel Makinson Fox, Brunlees relatou que as águas do ribeirão da Pedra Branca, na Serra da Cantareira, seriam as melhores para o abastecimento da cidade e que sua “boa qualidade” fora atestada pelo farmacêutico Gustavo Schaumann (BRUNO, 1991, p. 67).

Em 1859, uma nova lei foi criada para quem quisesse fazer fornecer água, desta vez com o adendo do cerceamento dos aguadeiros, comerciantes de água, promovendo a exclusividade do comércio para quem ficasse a cargo dos encanamentos e distribuição (SÃO PAULO, 1859).

Em julho de 1866, Antonio Candido da Rocha, presidente da Província, sancionou a lei que autorizava o contrato com a empresa que melhor oferecesse serviços de captação e distribuição das águas da Cantareira, além da instalação de registros, hidrantes e encanamentos.

A resolução sobre qual era a melhor solução para o problema do abastecimento de água gerou inúmeros debates na Assembleia Provincial, omo mostram os destaques de jornais da época.

ENCANAMENTO DAS AGUAS DA CANTAREIRA.
Entra em 1.^a discussão o projecto n. 177 que autorisa o governo a contractar o encanamento das aguas da Cantareira, por meio de tubos de ferro fundido, etc.
O sr. Abranches :—Sr. presidente, o projecto, de que se trata, realmente é de grande importancia, deve ser muito e muito discutido nesta casa. Me parece, pois, que é de summa necessidade que seja ouvido o governo a respeito, para, depois, o projecto, com o parecer interposto pelo governo, ser submettido á primeira discussão, e então ser ventilada a questão nelle contida.
Neste sentido vou fazer um requerimento. E' apoiado e posto em discussão o seguinte
REQUERIMENTO
«Requeiro que se ouça o governo a respeito.—*Abranches.*»
O sr. Magalhães Castro :—Sr. presidente, o projecto que se acha em discussão foi elaborado pela commissão, tendo em vista diversos trabalhos e informações de profissionaes; trabalhos e informações que existem na secretaria da repartição de obras publicas.
Ora, sendo assim, entendo que pouco nos poderá adiantar a audiencia da presidencia em relação á materia.
O sr. ABRANCHES :—Mas a presidencia, nesse caso, mandará a esta assembléa esses trabalhos, e teremos então occasião de examinal-os.
O sr. M. CASTRO :—Considero o assumpto de grande utilidade para a população desta capital, e uma vez que o governo póde executar o serviço habilitado como se acha por esses dados officiaes e realizar a obra mediante as condições que a commissão consignou no seu parecer; me parece escusada,

como disse, a audiencia do governo, visto estar elle sufficientemente habilitado para isso e, mais ainda, pelas bases offercidas pela commissão no parecer que acaba de ser lido nesta casa.
O sr. ABRANCHES :—Esses documentos foram affectos á commissão, ella examinou-os, mas nós não os conhecemos.
O sr. M. CASTRO :—E' o que tinha a dizer; a assembléa resolverá o que entender.
O sr. Cochrane :—Sr. presidente, quando eu, como um dos membros da commissão de obras publicas, formulei o projecto que presentemente se acha em discussão, tive em vista simplesmente attender a uma necessidade urgente desta capital.
O sr. ABRANCHES :—Não desconheço que é uma necessidade urgente.
O sr. COCHRANE :—O requerimento apresentado pelo nobre deputado pelo 2.^o districto, pedindo que seja ouvido o governo sobre a materia, não creio que venha pôr embaraços á realisacão deste projecto, porque, quando o confeccionei, entendi-me com o administrador da provincia e ouvi a sua opinião a respeito.
Entretanto, como bem ponderou o nobre deputado autor do requerimento, talvez o governo remetta a esta assembléa os trabalhos de explorações feitas sobre esta obra, cujo exame e estudo melhor firmará as opiniões de todos os membros desta casa.
Por conseguinte, não me opponho á passagem do requerimento, mas enviarei á mesa um additivo no sentido de não ser prejudicada a primeira discussão.
E' apoiado e posto em discussão conjuntamente com o requerimento o seguinte
ADDITIVO
«Sem prejuizo da 1.^a discussão.—*Cochrane.*»
Encerrada a discussão, são approvados o requerimento e additivo.

Porém, em 9 de outubro de 1875, o contrato foi assinado com a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, uma empresa formada a partir de empréstimos de bancos ingleses e que usufruía do monopólio do serviço de abastecimento de água na cidade por sete décadas (MARTINS, 2003, p. 410).

Poucos dias depois da assinatura do contrato, o jornal Correio Paulistano teceu severas críticas ao governo que ao “aceitar a proposta” dos empresários “privava” o livre acesso à água por parte da população que, a partir de então, compraria galões de 20 litros d’água pelo preço de 30 réis (O Correio Paulistano, 16 de outubro de 1875, p.1).

O monopólio do abastecimento de água da Companhia Cantareira implicou em mudanças no cotidiano da cidade. Os chafarizes que outrora abasteciam a população começaram a ser desativados de modo a obrigá-la a instalar encanamentos nos interiores de suas edificações.

Aproveitando este contexto e o nicho de mercado que se criava em decorrência da saúde pública, tendo em vista o predomínio do higienismo e do sanitismo na virada do século, Rizkallah Jorge ampliou a produção da Casa da Boia, englobando também materiais sanitários tais como sifão, boia para caixa d’água, canos e caixas de descarga.

Catálogo da Casa da Boia de 1920 dedica uma grande parte aos materiais necessários para levar a água encanada às residências, inclusive as torneiras, algo que a maioria dos paulistanos só viria a utilizar quando os chafarizes públicos foram desativados, a partir de 1875.



Sob a justificativa de “melhoria” da infraestrutura urbana, o início da mercantilização da água, que deixou de ser um bem público, afetou as parcelas mais empobrecidas da cidade (Santos, 2011, p.59).

Conforme assinalou Cristina de Campos (2010), a segunda metade do século XIX marcou uma atuação do Estado como promotor de uma agenda que permitia à iniciativa privada a exploração dos serviços de infraestrutura urbana, cabendo ao governo apenas a fiscalização de tais empreitadas realizadas agora por terceiros.

Sobre as reclamações, o Correio Paulistano veiculou em suas páginas que “Há coisas que a natureza dá de graça e que ninguém tem o direito de se apoderar para vender ou alienar. São água, luz e ar”. Sendo assim, eram contra o privilégio oferecido à Companhia Cantareira de encanar a água, frisando que “ninguém podia dar a água, porque ela é de todos. Não entendeu, porém assim a privilegiada: entendeu que o privilégio lhe dava a posse da água também, e fazendo desta posse base de suas operações nos vai vendendo aos litros a água que é nossa”. E terminavam sua crítica destacando:

“Com que direito pois ela anda vendendo a água aos litros? E por que preço!” (O Correio Paulistano, 26 de abril de 1882, p.3)

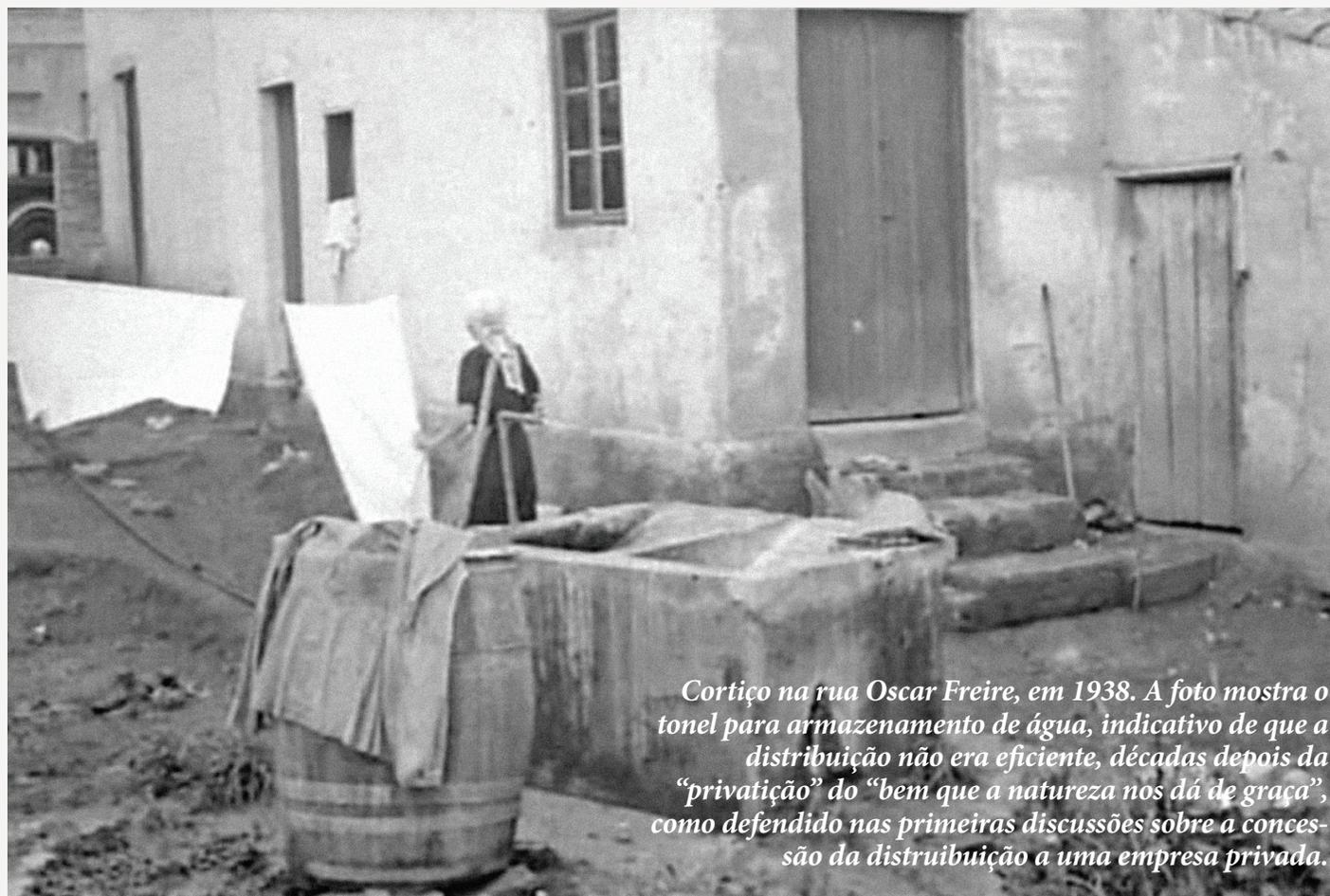
A partir do início da cobrança das taxas sobre o consumo da água surgiram também as reclamações a respeito da qualidade do serviço prestado, já que a Cantareira não era capaz de suprir as necessidades de abastecimento, utilizando como argumento o acelerado crescimento populacional.

De acordo com Denise Bernuzzi de Sant’Ana (2007), em 1888, apenas 5 mil edifícios eram servidos com as águas da Cantareira.

Frente a tais reclamações da população, o governo fiscaliza a companhia e lhe aplica multas pelo não cumprimento do contrato, “estudada a questão em pareceres de 17 de Março e 8 de Abril, desta Repartição, resolveu o governo por acto de 11 de Abril, multar a Companhia em 2:000\$000, conforme os artigos 16 e 19 do contrato acima citado” e ainda “marcou o prazo de quatro meses a contar de 15 de Abril a fim de serem apresentados planos definitivos e completos para o abastecimento d’água, serviço de esgotos e bases do novo contrato”.

As críticas à Cantareira continuaram ao longo da década, indicando que, para além das questões demográficas, havia, por parte da Companhia, a intenção de tornar o empreendimento lucrativo, de forma que buscavam investir o mínimo necessário para cumprir as demandas contratuais, utilizando materiais impróprios para o escoamento.

Benedito J. Duarte, 1938.



Cortiço na rua Oscar Freire, em 1938. A foto mostra o tonel para armazenamento de água, indicativo de que a distribuição não era eficiente, décadas depois da “privatização” do “bem que a natureza nos dá de graça”, como defendido nas primeiras discussões sobre a concessão da distribuição a uma empresa privada.

Vista do Rio Anhangabaú. Foto obtida nas proximidades do atual viaduto Pedroso, com vista da subida da atual avenida 9 de julho em direção à avenida Paulista. Benedito J. Duarte, 1941.

Tanto em função de uma mudança de regime político, da Monarquia para a República, que promoveu uma reestruturação administrativa atrelada à projetos modernizadores que visavam o progresso nacional em moldes positivistas, somadas as críticas tecidas pelo engenheiro fiscal Francisco de Paula Souza da exploração mercantil destes setores, algo que não condizia com as necessidades da cidade, foram imprescindíveis para a encampação da Companhia pelo governo.

Neste sentido, em São Paulo, a Repartição de Água e Esgotos (RAE), foi criada atrelada à Superintendência de Obras Públicas, dirigida pelo engenheiro José Pereira Rebouças e ficou responsável pela continuidade nas obras de captação de água na Serra da Cantareira (CAMPOS, 2005, p.221).

A RAE, como mostram os livros-caixa presentes no acervo da Casa da Boia, foi cliente da empresa, adquirindo diversos materiais necessários para as reformas que promoveu na cidade.

Analisar as diversas empresas responsáveis pela gestão do saneamento em São Paulo ao longo do tempo demonstra como a questão do abastecimento foi e ainda é um desafio para os administradores públicos:

1877-1892	Companhia Cantareira e Esgotos
1892-1954	Repartição de Água e Esgotos da Capital – RAE
1954- 1970	Departamento de Água e Esgotos da Capital – DAE (autarquia)
1970-1973	Superintendência de Águas e Esgotos da Capital – Saec
1968- 1973	Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo – Comasp
1970-1973	Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo – Sanesp
1973-atual	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp

DOSSIÊ INSTITUCIONAL EMPRESAS DE SANEAMENTO EM SÃO PAULO, 2008).

A criação de sistemas de abastecimento de água é mais uma das vertentes do processo de modernização que resultou na mercantilização da água com a passagem dos chafarizes para a água encanada, e que, conseqüentemente criou novos modos de morar e novas arquiteturas habitacionais.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDINI, Sidney Piochi. Construindo Infra-Estruturas, Planejando Territórios: A Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926). Tese de Doutorado. FAUUSP: São Paulo, 2007.

BRUNO, Ernani Silva. História e Tradições da cidade de São Paulo, volume I. Editora Hucitec: São Paulo, 1991.

CAMPOS, Cristina de. Ferrovias e Saneamento em São Paulo. Campinas: Pontes Editores, 2010.

DOSSIÊ INSTITUCIONAL EMPRESAS DE SANEAMENTO EM SÃO PAULO. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. 2008. Disponível em http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/dossies/pdf/2_dossie_institucional_empresas_de_saneamento.pdf acesso em 25 janeiro 2022.

MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo Antigo (1554-1910). Editora Paz e Terra: São Paulo, 2003.

SÃO PAULO (Província). Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor senador José Joaquim Fernandes Torres, presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembleia Provincial no anno de 1858. S. Paulo, Typ. Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858, pp.35-36.

SANT'ANNA. Denise Bernuzzi de. Cidade das águas: usos de rios, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). Editora Senac: São Paulo, 2007.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. Domando águas – salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo (1875-1930). São Paulo: Alameda Editorial, 2011.



*Chafariz do Largo da Misericórdia (próximo à Praça da Sé).
Aquarela de Miguel Benício Dutra. Sem data.*

*Fonte (chafariz) no "Paredão do Piques", atual Largo da Memória, no centro da capital paulista.
Foto: Militão Augusto de Azevedo*

